



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

LEI MUNICIPAL Nº 201, de 03 de abril de 2019.

SANCIONADO EM
03/04/2019
Prefeito Municipal

Estabelece Parâmetro para a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá Outras Providências.

A Câmara Municipal de Galiléia, Estado de Minas Gerais, através dos seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe a política municipal sobre atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far – se – à através de:

I- Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outros desenvolvimentos físico, mental, espiritual, moral e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade e di direito a convivência familiar e comunitária.

II- Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que delas necessitem;

III- Serviços e políticas de proteção especiais voltados para crianças, adolescentes, seus pais ou responsáveis em situação de risco pessoal, familiar ou social.

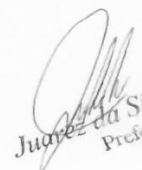
IV- Política sócio educativas, destinadas à preservação e ao atendimento em meio aberto de adolescente em conflito com a lei e suas famílias.

§ 1º. O Município de Galiléia destinará recursos, com a mais absoluta prioridade, para implementação das políticas e programas previstos neste artigo, assim como espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas a infância e a juventude.

§ 2º. É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município de Galiléia, sem a prévia manifestação do conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º. São órgãos municipais de política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

www.galileia.mg.gov.br


Juarez da Silva Lima
Prefeito



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

- I - Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Conferência municipal da criança e do adolescente;
- III - Conselhos tutelares;
- IV - Secretarias e departamentos municipais encarregadas da execução das políticas públicas e sociais destinadas ao atendimento direto e o indireto de crianças, adolescente e suas respectivas famílias;
- V - Entidades governamentais inscritas e não governamentais registradas no Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente, que executam serviços de atendimento a Crianças, adolescentes e suas familiares;

§ 1º. A política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida pelo ciclo orçamentário municipal de longo e médio prazo, identificados pelo Plano Plurianual – PPA, pela Lei de diretrizes Orçamentárias – LDO e pela Lei Orçamentária LOA, com propriedade absoluta, visando a proteção integral de crianças e adolescentes, em obediência ao disposto no artigo 4º, caput, e alíneas “c” e “d”, no artigo 90, § 2º, no artigo 100, parágrafo único, inciso II e III, no artigo 260, § 5º, todos da Lei Federal nº 8069/90, e ao disposto no artigo 227, da constituição Federal, e terá como acessório o Fundo Municipal dos direitos da criança e do adolescente, nos termos desta Lei.

§ 2º. Na formação das peças orçamentárias deverão ser observadas e acolhidas, em regime de absoluta prioridade, como determina o artigo 227, caput, da Constituição Federal e o artigo 4º, parágrafo único, alíneas “c” e “d”, o artigo 90, § 2º, o artigo 100, parágrafo único, inciso II e III, artigo 260, § 5º, todos da Lei Federal nº 8069/90, as deliberações, elaboradas por resolução, aprovadas pelo Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente -CMDCA, e dos demais conselhos municipais, quando tratam de políticas públicas e sociais afetas à criança e ao adolescente, afim de garantir os direitos coletivos e individuais indisponíveis do público infante juvenil deste Município.

§ 3º. As resoluções que tratam de deliberações do Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente e dos demais conselhos municipais destinadas à garantia de direitos das crianças e dos adolescentes de Galiléia serão encaminhadas aos órgãos municipais responsáveis pela execução das políticas e, posteriormente, integrarão o anexo das orçamentárias do Município.

§ 4º. Quando a execução orçamentária, será priorizada a implementação dos serviços, programas e ações, destinadas ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

§ 5º. Fica instituído no Município de Galiléia a metodologia Orçamento Criança e Adolescente – OCA, de modo a contemplar os serviços, programas e ações



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

necessários ao atendimento e à garantia de efetivação direitos da crianças e dos adolescentes, utilizando – se instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 6º. A transparência será assegurada também mediante:

I- Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei diretrizes orçamentárias e orçamento;

II- Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios de acesso Público;

III- Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art.48- A, da Lei Complementar nº 101/2000,e suas alterações.

§ 7º. Para os fins que se refere o inciso II do parágrafo sexto, deste artigo, o Município de Galiléia disponibilizará a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes à;

I- Quanto à despesa; todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou o serviço prestado, a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

II- Quando a receita; o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

§ 8º. As contas prestadas pelo chefe do poder executivo ficarão disponíveis, durante todo exercício, no respectivo poder legislativo e no órgão técnico responsável pela elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

§9º. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato e parte legítima para denunciar ao Tribunal de contas de Minas Gerais e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas neste artigo.

§10. A conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Assistente Social, constitui-se em foro de participação da sociedade civil organizada buscando, integrar-se ao Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e órgão afins à efetivação da política de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 11. A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá avaliar a situação da criança e do adolescente em Galiléia, propor diretrizes e deliberar ações para o aperfeiçoamento dessas políticas a curto, médio e longo prazo, além de eleger delegados para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§12. As despesas com conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão custeadas pelo Executivo Municipal, com recursos da Secretaria de Assistência Social.

§13. Caberá à Secretaria Municipal de Administração custear todas as despesas dos delegados eleitos para se deslocarem, alimentarem e hospedarem na conferência estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, na capital mineira, bem assim na conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na capital federal.

Art.4º. O Município criará os programas e serviços a que aludem os incisos II, III e IV do artigo 2º. da presente Lei ou estabelecerá consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o Plano Plurianual de Ação Municipal de Atendimento da criança e do Adolescente.

§1º. Os programas e serviços serão classificados como proteção ou sócio educativos e destinar-se-ão a:

- a) Orientação e apoio sócio familiar;
- b) Apoio sócio educativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Acolhimento institucional;
- e) Liberdade assistida; Prestação de serviços à comunidade;
- f) Prevenção e tratamento especializado de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes;
- g) Prevenção à evasão e reinserção escolar;

§ 2º. Os serviços especiais visam:



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

- a) A prevenção de atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus- tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) A identificação e a localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) A proteção jurídico – social;
- d) A oferta de proposta pedagógicas diferenciadas, articuladas com atividades culturais, recreativas e esportivas, que permitem prevenção à evasão escolar inclusão no sistema de Ensino, a qualquer momento ao longo do ano letivo, de crianças e adolescentes fora da escola.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GALILEIA

SEÇÃO I REGRAS E PRINCÍPIOS GERAIS

ART. 5º. O conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Galiléia é órgão deliberativo, formulador de políticas públicas e sociais de promoção e proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes em âmbito Municipal, e controlador das ações de governo, vinculado a secretaria Municipal de Assistência Social- SMAS, apenas para fins de suporte técnico e administrativo, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, da Lei federal nº 8069/90 e do artigo 204, inciso II, da Lei 227, § 7º, da Constituição Federal.

Art. 6º. No Município haverá um único Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto paritariamente de representantes do governo e da sociedade civil organizada, garantindo- se a participação popular no processo de discussão, deliberada e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetoras, socioeducativas e as destinadas aos pais ou responsável legal, previstas nos artigos 87, 112 e 129, da Lei Federal nº 8069/90.

§1º. As decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e ações da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da soberania popular, da democracia participativa e da propriedade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 2º. Em caso de infringência de alguma de suas deliberações, o conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de seu presidente, sob pena de responsabilidade, representará ao Ministério Público visando adoção de providência cabíveis, bem assim aos demais órgãos legitimados no artigo



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

210 da Lei Federal 8069/90, para que de mandem juízo mediante ação mandamental ou ação civil pública.

§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ouvido o conselho Tutelar, Participará de todo o processo de elaboração e discussão das propostas de leis orçamentárias a cargo do Executivo Municipal, zelando para que estas contemplem suas deliberações, observe o princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente.

Art. 7º. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é Considerada de interesse público relevante e não será remunerada em qualquer hipótese.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão respeitar os princípios constitucionais explícitos e implícitos que norteiam a Administração Pública e estão sujeitos às penalidades previstas no artigo 37, parágrafo 4º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 8429/92, caso contrário os interesses e os direitos das Crianças e dos Adolescentes dispostos na Carta Política, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nesta Lei.

SEÇÃO II

DA ESTRUTURA NECESSÁRIA AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art.8º. Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social fornecer recursos humanos, estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica que não onere, em qualquer hipótese, o fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º. A dotação orçamentária a que se refere o "caput" deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a capacitação continuada dos respectivos Conselheiros.

§2º. O conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá contar com espaço físico, mobiliário e equipamento ao seu pleno funcionamento, cuja localização deverá ser amplamente divulgada á sociedade civil.

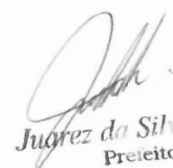
§3º. A Secretaria Municipal de Assistência Social manterá uma estrutura mínima, com sala, computador com acesso a internet e arquivo.

SEÇÃO III

DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS DELIBERATIVOS

Art. 9º. Os atos deliberados do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados na imprensa local ou no diário oficial

www.galileia.mg.gov.br


Juarez da Silva Lima
Preteiro



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

do Município, seguindo as mesmas regras de publicação pertencente aos demais atos solenes do Poder Executivo.

Parágrafo único. As sessões plenárias, ordenárias e extraordinárias, bem como as reuniões das Comissões temáticas permanentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Galiléia deverão ser registradas em ata, em livro próprio, com numeração continua destacando-se que as deliberações delas resultantes deverão ser públicas e nominais, em prestígio ao princípio da publicidade e da moralidade administrativa.

SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 10. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Galiléia:

I- Zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta a criança e ao adolescente pelos mais diversos setores da administração, conforme o previsto no artigo 4º., "caput" e parágrafo único, alíneas "a", "c" e "d", no artigo 87, no artigo 88, no artigo 90, § 2º, no artigo 259, parágrafo único e no artigo 260, § 5º, todos da Lei nº 8069/90, e no artigo 227, da Constituição Federal;

II- formar políticas públicas municipais voltadas à plena efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos mais diversos setores da administração, por meio de Planos de Ações Plurianuais e Anuais Municipais de Atendimento à Criança e ao Adolescente, definindo propriedades e controlando as ações de execução no Município.

III- Deliberar sobre a convivência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos II, III e IV do artigo 2º desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento em consonância com Plano Anual de Ação Municipal de Atendimento à criança e o Adolescente.

IV- Elaborar o Regimento Interno.

V - Gerir o fundo municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, alocando recursos para complementar os programas das entidades não governamentais e deliberar sobre a destinação dos recursos financeiros do FMDCA, obedecidos os critérios previstos na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Federal nº 8666/93 e Lei Complementar 101/00;

VI- Propor modificações nas estruturas das secretarias e dos órgãos da administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, visando otimizar e priorizar o atendimento da população infanto-juvenil, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo único, alínea "b" da Lei federal nº 8069/90;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

VII - Participar e opinar na elaboração do orçamento municipal na parte objeto desta Lei, acompanhando toda a tramitação do processo orçamentário plurianual e anual, realizando incidência política perante os Poderes Executivo e Legislativo para concretização de suas deliberações consignadas no Plano Anual de Ação Municipal de Atendimento à criança e ao Adolescente.

VIII- Realizar a cada biênio diagnóstico da situação da população infanto-juvenil no Município;

IX- Deliberar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, Esportivas, e de lazer voltadas para infância e a juventude.

X- Proceder a inscrição de programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não governamentais de atendimento, em observância ao artigo 90, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8069/90;

I- Proceder, nos termos do artigo 91 e parágrafos da Lei Federal nº 8069/90, ao registro de entidades não – governamentais de atendimento;

II- Fixar critérios de utilização de recursos, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandono, de difícil colocação familiar;

XIII- Deliberar sobre o Plano Anual de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e enviá - lo juntamente com Plano Anual Municipal de atendimento a criança e ao adolescente ao chefe do Poder Executivo Municipal ,observados os prazos determinados na Lei Orgânica Municipal.

III- Examinar e provar os balancetes mensais e o balanço anual do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente;

IV- Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, informações necessárias ao acompanhamento das atividades subsidiadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V- Convocar a assembléia de representantes da sociedade civil para escolha dos conselheiros não governamentais;

VI- Deliberar, por meio de resolução, sobre o processo de escolha dos conselheiros tutelares e acompanhar todo o pleito eleitoral, sob a fiscalização do Ministério Público estadual;

XVIII- Diplomar os conselheiros tutelares, titulares e suplentes eleitos, em seção plenária extraordinária subsequente à respectiva eleição, com registro em ata;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

VII- Oficiar ao Prefeito Municipal comunicando-lhe os nomes dos conselheiros tutelares diplomados a fim de serem por ele nomeados em até 48 horas.

VIII- Convocar os conselheiros tutelares suplentes às hipóteses previstas no artigo 51 da presente lei;

XXI- Acompanhar, fiscalizar e avaliar permanentemente a atuação dos conselheiros tutelares, sobretudo para verificar o cumprimento integral dos seus objetivos institucionais;

XXII- Autorizar o afastamento de conselheiro tutelar na hipótese prevista no artigo 49, parágrafo único, desta Lei;

XXIII- Deliberar sobre tudo cassação do mandato de conselheiro tutelares;

XXIV- Aprovar o Regimento Interno único dos Conselheiros Tutelares;

XXV- Mobilizar os diversos segmentos da sociedade civil para participação em suas sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, bem como no processo de elaboração e no controle da execução do orçamento e na destinação dos recursos captados pelo Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente;

XXVI- Encaminhar ao chefe do Poder Executivo, no prazo máximo da quarenta e oito horas, após encerrado o processo de escolha dos representantes de entidade da sociedade civil no conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXVII- notificar o suplente de conselheiro Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente na hipótese prevista no artigo 27, parágrafo 3º da presente Lei;

XXVIII- articular a rede municipal de proteção dos direitos da criança e do adolescente, promovendo a integração operacional de todos os órgãos, autoridades, e entidades que atuem direta ou indiretamente no atendimento e na defesa dos direitos de crianças e adolescentes;

Art. 11. O conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizará o seguinte sistema de trabalho:

I-Sessões plenárias ordinárias quinzenais;

II - Sessões plenárias extraordinárias;

III- Reuniões ordinárias de Comissões temáticas permanentes;

IV - Reuniões extraordinárias de Comissões temáticas permanentes;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

V - Reuniões ordinárias da Comissão Temática Temporária de Eleição e Acompanhamento dos Conselhos Tutelares;

VI - Reuniões de diretoria.

Art.12. Ficam criadas, no âmbito do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, observando o princípio de composição paritária, as comissões temáticas Permanentes de:

I - Políticas Sociais Básicas e Garantias de Direito

II - Comunicação, Articulação e Mobilização.

III- Gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA

IV- Orçamento

§1°. Além das Comissões temáticas Permanente referidas no caput deste artigo, fica igualmente criada no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observando o princípio de composição paritária, a comissão temática temporária de Eleição e Acompanhamento dos Conselhos Tutelares. A referida comissão poderá ter em seu quadro, membros orientadores para auxiliar no processo eleitoral, até o número de quatro;

§2° As sessões plenárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão realizadas quinzenalmente em data, horário e local definidos em Regimento Interno, com ampla publicidade à comunidade e mediante comunicação formal ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e da Juventude.

§3°. É assegurado aos membros dos Conselhos Tutelares e aos membros do Ministério Público e o do Juizado da Infância e da juventude o direito da Criança e do Adolescente de livre manifestação nas reuniões do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo -lhes.

I - Informar as falhas eventualmente detectadas na estrutura, de atendimento à Criança e ao Adolescente no Município bem como as maiores demandas existentes.

II - Sugerir modificações na estrutura, ampliação e/ ou adequação dos serviços e programas de atendimento à Criança e ao Adolescente em atividade no município;

III - Fiscalizar processo de discussão e deliberação acerca das políticas públicas e sociais a serem implementadas pelo Município, incluindo no que diz a respeito à previsão dos recursos correspondentes nas propostas de leis orçamentárias elaboradas pelo Executivo local;.



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§4º. Serão públicas as sessões plenárias, reuniões de comissões e as da diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ressalvadas as que tratem de casos específicos envolvendo determinada criança, adolescente e a sua respectiva família, a pedido do Conselho Tutelar, Ministério Público ou Poder Judiciário, devendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estimular a participação popular nos debates, incluindo quando da elaboração e discussão da proposta orçamentária.

Art. 13. É permitido a qualquer integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Galiléia a participação em qualquer outro conselho setorial do Município.

SEÇÃO V DA COMPOSIÇÃO E MADATO

Art.14. O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Galiléia é composto, paritariamente, por dez membros titulares suplentes, na seguinte conformidade:

I-Representantes do poder público, sendo um titular e um membro suplente para cada Secretaria Municipal a seguir especificada:

- a) Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria Municipal de Administração;
- e) Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

II - Cinco membros titulares e cinco suplentes, procedentes de entidades não governamentais representativas da sociedade civil que tenham por objetivos, dentre outros:

- a) Unidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes;
- b) Defesa das crianças e do adolescente.
- c) Defesa de melhoria de condições de vida da população.
- e) Atuação em setores sociais estratégicos da economia e comércio locais cuja incidência político-social propicie o fortalecimento do posicionamento do segundo setor na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§1º Os secretários Municipais cujas secretarias possuam no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos moldes das alíneas “a” a “e”, do inciso I, deste artigo, enquanto permanecerem nessa qualidade, serão



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro

Estado de Minas Gerais

considerados membros natos e titulares do mandato público de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo cada um indicar ao Prefeito Municipal o seu suplente dentre servidores públicos municipais de carreira, vinculados à respectiva secretaria, com poder de decisão no âmbito do seu órgão e estarão condicionados à manifestação expressa contida no ato designativo da autoridade competente.

§2º. Os representantes de organizações da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades representativas da sociedade, com sede no município, reunidas em assembléia convocada pelo presidente do Conselho municipal da Criança e do Adolescente, mediante edital publicado na imprensa e amplamente divulgação no Município.

§3º As entidades representantes da sociedade civil deverão preencher os seguintes requisitos;

I -Estarem legalmente constituídas e em regular funcionamento

II -Estarem prestando assistência em caráter continuado e atuando na defesa da população infanto-juvenil do Município ou vinculado a setores estratégicos da economia e comercio locais cuja incidência político-social propicie o fortalecimento do posicionamento de segundo

III - Setor na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º. O Prefeito Municipal nomeará e empossará os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de até trinta dias após sua posse como Prefeito Municipal.

§5º. O prefeito Municipal nomeará e empossará os membros os Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, para mandato subsequente ao referido no parágrafo anterior, no prazo de até trinta (30) dias após a assembléia de entidades da sociedade civil requerida no parágrafo 3º deste artigo.

§6º. Os membros suplentes somente poderão substituir os membros titulares, provisoriamente, em caso de comprovada impossibilidade destes últimos comparecerem nas sessões plenárias e extraordinárias, devendo o conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sempre fazer constar em ata as substituições ocorridas, anexando o documento comprobatório da ausência provisória do membro titular.

§7º. Na hipótese de algum titular necessitar ausentar-se dos trabalhos do conselho, deverá encaminhar Correspondência à presidência do mesmo, por via consuetudinária ou por via eletrônica, através as Secretaria Executiva dos Conselhos, a qual terá três dias, a contar do recebimento da aludida comunicação, para convocar seu suplente, sob pena de ficar configurada falta injustificada, ressalvadas as situações de forças maior e caso fortuito.



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§8º. Na hipótese de algum membro titular, representante da sociedade civil, afastar-se definitivamente mandato de conselheiro que, no processo de escolha dos conselheiros não governamentais, houver conseguido o maior número de votos entre os suplentes, sucessiva e automaticamente.

§9º. Na hipótese de, no decurso do mandato ocorrer notória redução do número de conselheiro não governamentais suplentes, deverá o presidente do Conselho convocar extraordinariamente a assembléia de entidades da sociedade civil com vista a desenvolver o processo de escolha complementar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do artigo 25 da presente Lei;

§10. A substituição dos membros titulares ou suplentes, representantes da sociedade civil, e dos membros representantes do Poder Público Municipal, executando-se os conselhos natos, quando desejada pelas organizações das entidades civis ou órgão público, respectivamente, ser apreciada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que por maioria, poderá vetar a substituição, em votação pública.

§11. A substituição dos membros titulares ou suplentes, representantes da sociedade civil, e dos membros representantes do Poder Público Municipal, quanto desejada pelo conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá ser solicitada por carta, com apresentação justificativa a ser apreciada pelas organizações das entidades civis ou pelo Prefeito municipal, que poderão vetar a solene, respectivamente.

§12. No caso de afastamento provisório ou definitivo do membro titular, o membro suplente terá direito a voz e votos na sessões plenárias ordinárias e extraordinárias

§13. Qualquer cidadão e o membro suplente, mesmo com a presença do respectivo membro titular, terá assegurado o direito a voz nas sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 14. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, possuirá uma diretoria composta por quatro membros sendo um presidente e um vice-presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário, cuja alternância deverá respeitar a paridade em seus assentos a cada gestão de mandato de modo que sempre que a presidência for representada por um membro da sociedade civil, a primeira secretária será representada obrigatoriamente por um membro do Poder Público, e o contrário de maneira recíproca.

§15. A eleição da diretoria se dará em conformidade com Regimento Interno do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

§16. Os conselheiros representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes assim como os conselheiros representantes governamentais e seus respectivos suplentes, executando-se os titulares Governamentais natos,



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

exercerão mandato de dois anos, admitindo-se apenas uma única recondução, por igual período.

§17. Aplica-se a regra do parágrafo anterior quando o membro do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente atuar em um mandato representando o governo e, no próximo mandato, atuar representando sociedade civil, e o contrário de maneira recíproca.

SEÇÃO VI

DOS REQUISITOS PARA SER CONSELHEIRO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NÃO-GOVERNAMENTAL

Art. 15. Candidatos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na qualidade e representante da sociedade 'civil, deverão preencher os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral, comprovada por certidão de antecedentes criminais e cíveis extraídas perante a Justiça Estadual e Federal.

II - Possuir capacidade civil plena, alcançada pela maioria civil ou emancipação, nos termos do código civil;

III - Residir no Município de Galiléia;

IV - Estar em gozo de seus direitos políticos, comprovado por certidão expedida pelo Cartório Eleitoral local;

V - Comprovar vínculo com as entidades aptas a concorrer no processo de escolha conforme o artigo 14, parágrafo 4º, desta Lei.

SEÇÃO VII

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 16. A eleição dos membros do Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Galiléia, representantes de entidades da sociedade civil, dar-se-á por escrutínio, podendo cada entidade indicar e inscrever para assembléia de votação quatro delegados, de modo que cada um deles possa votar, em no máximo nove nomes, dentre os que se apresentarem como candidatos.

Parágrafo Único- É vedado ao cidadão representar mais de uma entidade junto à assembléia das entidades da sociedade civil.

Art. 17. A assembléia de entidades da sociedade civil, para eleição de novo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será convocada ordinariamente pelo presidente do CMDCA vigente, no prazo máximo de sessenta e no mínimo de trinta dias antecedentes ao término do seu



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro

Estado de Minas Gerais

mandato, observada a publicação do edital competente, nos termos do art. 14, parágrafo 3º, desta Lei.

Art. 18. O edital de convocação da assembléia de entidades da sociedade civil conterà o rol de entidades habilitadas a participar do pleito.

Parágrafo único As entidades da sociedade civil que preencherem os requisitos disposto no artigo 14, parágrafo 4º, desta lei, não incluídas no rol daquelas publicadas no edital convocatório, poderão se inscrever no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, no prazo de quinze dias a contar da data da publicação do referido edital

Art. 19. O quorum para realização da assembléia, em primeira convocação, será de ½ (metade) dos representantes das entidades arroladas no edital de convocação e, em segunda convocação, será de 1/3 (um terço) dos representantes de entidades.

Art. 20. Após a segunda convocação, não havendo o número mínimo de 1/3 (um terço) dos representantes, o Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente abrirá o encerrará os trabalhos, com o registro em ata da falta de quorum, devendo reiniciar imediatamente o processo para nova convocação.

Art. 21. A assembléia de entidades da sociedade civil será presidida por um membro não governamental do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, após deliberação e indicação do órgão, e de igual maneira serão indicados um secretário e dois fiscais escrutinadores dentre os participantes da assembléia.

Art.22. Caberá ao membro-secretário registrar, no livro de Atas da Assembléia, os trabalhos ali efetuados e recolher as assinaturas dos presentes.

Art.23. No encerramento dos trabalhos da assembléia de entidades a sociedade civil, o Presidente proclamará os resultados do escrutínio e providenciará a devida comunicação dos mesmos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.24. O Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente convocará extraordinariamente a assembléia de entidades da sociedade civil para analisar e deliberar nas hipóteses descritas no art. 14, parágrafos 11 e 12 desta lei.

§ 1º. O processo de escolha referido no caput deste artigo observará, no que couber, as determinações das seções VI e VII do capítulo II da presente lei.

§2º. A convocação da assembléia de entidades da sociedade civil para os fins estabelecidos neste artigo poderá ocorrer em qualquer momento do mandato, observada a publicação do edital competente, nos termos do art. 14, parágrafo 3º desta lei;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§3º. A assembléia de entidades da sociedade civil escolherá os conselheiros não governamentais suplentes em prazo não superior a quarenta (40) dias a contar da data do edital convocatório.

SEÇÃO VIII DOS IMPEDIMENTOS E DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Art. 26. Não deverão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do seu funcionamento:

I- Representante de órgãos de outras esferas governamentais;

II- Ocupantes de cargo de confiança e/ou função comissionada do Poder Público Municipal, ressalvadas os membros natos, conforme disposto no art. 14, parágrafo 1º, desta Lei;

III - Conselheiros tutelares no exercício da função;

Parágrafo Único. Também não comporão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do disposto neste artigo, a autoridade jurídica, legislativa e o membro do Ministério Público, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou exercício na comarca, foro regional ou federal.

Art.27. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sejam natos, titulares e suplentes, por indicação governamental ou por eleição das entidades da sociedade civil, poderão ter seus mandatos cassados quando:

I- Cometerem reiteração e faltas injustificadas às sessões deliberativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo considerada reiteração três faltas consecutivas ou cinco faltas no curso de cada ano de mandato;

II- Sofrerem pena de suspensão cautelar como dirigente de entidade, conforme o artigo 91, parágrafo único da Lei federal nº 8069, ou procedimento, nos termos dos artigos 191 a 193 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III- Praticarem ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a Administração Pública, estabelecida na Lei Federal 8429/92.

§1º. A cassação do mandato dos representantes do governo e das organizações da sociedade civil Junto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, Demandará a instauração de procedimento administrativo específico definido no Regimento Interno, com a garantia do contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria de votos dos integrantes do conselho.



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§2º. Caso seja determinada a cassação de representante do governo, titular de mandato nato, o presidente do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, encaminhará, sob pena de ofício ao Ministério Público para que demande em juízo a competente ação civil pública visando o afastamento definitivo do agente político do cargo de confiança.

§3º. A partir da publicação do ato deliberativo de cassação do mandato de conselheiro dos direitos, o membro representante do governo ou de sociedade civil estará impedido de desempenhar as funções típicas do mandato, devendo o membro suplente imediatamente assumir o mandato, após ser devidamente notificado pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPITULO II DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O Município de Galiléia terá um Conselho Tutelar, com estrutura adequada para funcionamento, composto por cinco membros, escolhidos nos termos da presente Lei e regulamentado o processo de escolha por meio de resolução deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para mandato de quatro anos, passível de uma recondução, por igual período, submetendo-se ao processo de escolha popular, não sendo admitida a prorrogação de mandatos a qualquer título.

§1º. O Conselheiro Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente;

§2º. Em caso de necessidade devidamente fundamentada o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá deliberar sobre a criação de novo Conselho Tutelar.

Art. 29. Considera-se estrutura adequada para funcionamento eficiente do Conselho Tutelar:

I- Imóvel próprio, dotado de salas para recepção, para reunião dos conselheiros e da equipe multidisciplinar, para atendimento individualmente e reservado, com banheiros em perfeitas condições de uso, no que concerne às instalações elétricas, hidráulicas, de segurança e aspectos gerais do prédio;

II - Equipe multidisciplinar exclusiva para o Conselho Tutelar, composta por três servidores públicos municipais efetivos, sendo um profissional da área de Serviço Social, um da Psicologia, um da Pedagogia, para dar suporte técnico e apoio às medidas de proteção requisitadas pelo referido órgão colegiado;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

III - Um veículo com motorista à disposição do Conselho Tutelar e um veículo com motorista para atender a equipe técnica, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente dos citados órgãos;

IV - Linhas telefônicas fixas ramificadas entre si, aparelhos telefônicos celulares e uma unidade de fax, para uso exclusivo dos conselheiros tutelares, autorizados o controle e a fiscalização das ligações locais e interurbanas pela Secretaria Municipal de Assistente Social;

VI- 03 computadores conectados à internet e configurados com duas impressoras para atender à seguinte distribuição;

a) 01 computador para uso dos conselheiros tutelares;

b) 01 computador para uso da equipe técnica;

c) 01 computador para uso da secretaria;

I - Uma máquina fotográfica digital para o Conselho Tutelar e o custeio das revelações necessárias à eficiência dos trabalhos dos conselheiros tutelares e da equipe multidisciplinar;

II - Uma máquina fotocopidora para uso exclusivo dos Conselheiros Tutelares no exercício de suas funções;

III - Ar condicionado, bebedouro, mesas cadeiras, armários e materiais de escritório;

IV- Placa, em condições de boa visibilidade para o público em geral, indicando a localização do respectivo Conselho Tutelar e os números dos seus telefones e fax;

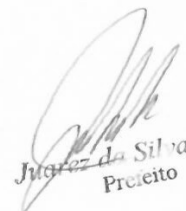
§1º. Os serviços referidos no inciso III deste artigo exercerão suas funções nos dias e horários normais de expediente do Conselho Tutelar, na qualidade e suficiente para o seu bom funcionamento.

§2º. A secretaria Municipal de Assistência Social disponibilizará carro e motorista para atendimento dos casos de urgência e emergência nos plantões noturnos, feriados e finais de semana.

§3º. A Lei orçamentária Municipal deverá em programas de trabalho específicos, estabelecer dotação para implantação e manutenção do Conselho Tutelar, sobretudo para o custeio das atividades por ele desempenhadas, inclusive para as despesas com subsídio e qualificação dos seus membros, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e cargos, diárias, material de consumo, passagens e outras despesas que se fizerem necessárias.

SEÇÃO II

www.galileia.mg.gov.br


Juarez da Silva Lima
Prefeito



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 30. São atribuições do Conselho Tutelar de Galiléia:

I - Atender crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando medidas Relacionadas no artigo 101, de I a II, da Lei nº 8.069/90;

II – Atender e aconselhar pais ou responsáveis nas mesmas hipóteses acima mencionadas, aplicando prevista no art. 129, I a VII da Lei nº 8.069/90;

III – Fiscalizar as entidades de atendimento de crianças e adolescentes situadas no município e os programas por estas executadas, conforme artigo.95, da Lei de nº 8.69/90, devendo em caso de irregularidades representarem à autoridade jurídica nos moldes do previsto nos artigos. 19 e 193, do mesmo Diploma Legal;

IV - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto;

a) Requisitar, junto a Secretaria Municipal competente, serviços públicos nas áreas de Saúde, Educação, serviço social, Previdência, trabalho de segurança, conforme art., 136, inciso III, alínea “a” da Lei nº 8.069/90;

b) Representar junto à autoridade judiciária no caso de descumprimento injustificado de suas deliberações, conforme artigo 136, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.069/90, propondo a instauração de procedimento judicial por infração ao disposto no art. 249, da Lei nº 8.069/90, sem prejuízo de outras medidas administrativas e/ou judiciais, no sentido da garantia das prerrogativas do Conselho Tutelar e da proteção integral das crianças, adolescentes e/ou famílias atendidas.

V - Encaminhar ao Ministério Público, notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente (artigos 228 a 258, da Lei nº 8.069/90), inclusive quando decorrente das notificações obrigatórias a que aludem os arts.13 e 56, inciso da Lei nº 8.069/90;

VI - Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural, e sempre que contatar a ocorrência da situações previstas nos artigos 1.937 e 1.638, do código civil (cf. art. 24, 136, inciso XI e 201, inciso III, da Lei nº 8.069/90;

VII – Encaminhar à autoridade judiciária dos casos de sua competência (art.148 da Lei nº 8.069/90);

VIII – Representar ao juiz da infância e juventude nos casos de infração administrativa às normas de proteção à criança ou adolescente, para fim de aplicação das penalidades administrativas correspondentes (arts. 194 e 245 a 258, da Lei nº 8.069/90);



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

IX - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária dentre as previstas no art. 101, de I á VI, da Lei nº 8.069/90 para o adolescente autor de ato infracional, com seu encaminhamento aos serviços públicos e programas de atendimento correspondentes;

X- Expedir notificações;

XI - Requisitar, junto aos cartórios competente as segundas vias das certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente ,quando necessários;

XII - Representar, em nome da pessoa e da família, contra programa ou programações de rádio ou televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como, contra propaganda de produtos, Práticas e serviços que possam ser nocivos á saúde da criança e do adolescente, art.. 202, § 3º, inciso II da Constituição Federal, e art. 136, X do Estatuto da criança e do adolescente;

XIII - Fornecer ao conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dados relativos ás maiores demandas de atendimento e deficiências estruturais existentes no município, propondo a adequação do atendimento prestado á população infanto – juvenil pelos órgãos públicos encarregados da execução das políticas (art. 4º, parágrafo único, alíneas “c” e “d” c/c art. 259 parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, assim como elaboração e implantação de políticas públicas específicas, de acordo com as necessidades do atendimento á criança e ao adolescente;

XIV - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária pra planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, devendo acompanhar, desde o início, todo processo de elaboração, discussão e aprovação das propostas das diversas leis orçamentárias (Plano orçamentário Plurianual, Lei de diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), apresentando junto ao setor competente da administração Pública (Secretaria ou departamento de Planejamento e/ou, Finanças, assim como ao Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dados relativos ás maiores demandas e deficiências estruturais de atendimento á criança e ao adolescente que o município possui, que deverão ser atendidas, em Caráter prioritário, por ações, serviços públicos e programas específicos a serem implementados pelo Poder Público, em respeito ao disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas “c” e “d” da Lei nº 8.069/90 e art. 227 da Constituição Federal;

XV- Recepcionar as comunicações dos dirigentes de estabelecimentos de atenção á saúde e de ensino fundamental, creches e pré-escolas, mencionadas nos arts. 13 e 56 da Lei nº 8.069/90, promovendo as medidas pertinentes, inclusive com o acionamento do Ministério Público, quando houver notícia da prática de infração penal contra criança ou adolescente;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§1º Ao atender qualquer criança ou adolescente, o Conselho Tutelar conferirá sempre o seu registro civil e, verificando sua inexistência ou grave irregularidade no mesmo, comunicará o fato ao Ministério público, para os fins dos art. 102 e 148, Parágrafo Único, letra “h”, da Lei nº 8.069/90;

§2º O atendimento prestado á criança e ao adolescente pelo Conselho Tutelar pressupõe o atendimento de seus pais ou responsáveis, assim como demais integrantes de sua família natural ou substituta, que tem direito a especial proteção por parte do Estado (lato sensu) e a ser encaminhada a programas específicos de orientação, apoio e promoção social (cf. 226, caput e § 8º, da Constituição federal, art. 101, inciso IV e 129, inciso I a IV, da Lei nº 8.069/90 e disposições correlatas contidas na Lei nº 8.742/93-(LOAS);

§ 3ºo atendimento prestado pelo Conselho Tutelar à criança acusada da prática de ato infracional se restringe à análise da presença de alguma das situações previstas no art. 98 da Lei nº 8.69/90, com a subseqüente aplicação das medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, nos moldes do art. 101, inciso I a VII e 129, inciso I a VII, do mesmo diploma Legal, ficando a investigação do ato infracional respectivo, inclusive no que diz respeito à participação de adolescente ou adultos imputáveis, assim como a eventual apreensão de armas, drogas ou do produto da infração, a cargo da autoridade policial responsável;

§4º As medidas de proteção aplicadas pelo Conselho Tutelar deverão levar em conta as necessidades pedagógicas específicas da criança ou do adolescente (apuradas, se necessário, por intermédio de uma avaliação psicossocial, levada por profissionais das áreas da pedagogia, psicologia e assistência social, cujos serviços poderão ser requisitados junto aos órgãos públicos competentes – cf. art.136, inciso III, letra “a” da Lei nº 8.069/90, procurando sempre manter e fortalecer os vínculos familiares existentes (cf. art. 100, da Lei nº 8.069/90;

§5º O Conselho Tutelar aplicará a medida de acolhimento institucional zelando pela estrita observância de seu caráter provisório e excepcional, a ser executada em entidade própria, cujo programa respeite aos princípios relacionados no art. 92, da Lei nº 8.069/90, não importando em restrição da liberdade e nem ter duração superior ao estritamente necessário para a reintegração à família natural ou colocação em família substituta (devendo a aplicação desta ultima medida ficar exclusivamente a cargo da autoridade judiciária competente;

§6º Caso o Conselho Tutelar, após esgotadas as tentativas de manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares, ou em virtude da prática, por parte dos pais ou responsável, de grave violação dos deveres inerentes ao poder familiar, assim como decorrentes de tutela ou guarda, se convencer da necessidade de afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar e/ou da propositura de ação de suspensão ou destituição do poder familiar, imediata comunicação do fato ao Ministério Público (cf.136 incisos I v e V c/c



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro

Estado de Minas Gerais

art.201,inciso III, da Lei de nº 8.069/90, ao qual incumbirá a propositura das medidas judiciais correspondentes;

§7º O disposto no parágrafo anterior deve ser observado mesmo nos casos de suspeita ou confirmação de maus tratos ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, sendo qualquer hipótese aplicável o disposto no art. 130,da Lei nº 8.069/90,com o afastamento cautelar do agressor da companhia da criança ou do adolescente e seus demais familiares. Caso esta providência não se mostre viável, por qualquer razão, é que será a criança ou adolescente (juntamente com seus irmãos, se houver), colocada em acolhimento institucional, devendo ser a medida respectiva aplicada em sede de procedimento judicial contencioso ,no qual seja garantido aos pais ou responsável o direito contraditório, ampla defesa e devido processo legal (cf. art. 5º, LIV e LV, da Constituição federal);

§8º Nos casos em que o Conselho Tutelar aplicar a medida de acolhimento institucional (com estrita observância do disposto no § 4º supra), o fato deverá ser comunicado ao juiz a ao promotor de justiça da Vara da Infância e da juventude no prazo improrrogável de 24 horas, e se por qualquer razão não for possível o imediato recâmbio à família de origem, deverá o Conselho Tutelar zelar para que seja deflagrado procedimento judicial específico, destinado à suspensão ou distribuição do poder familiar e /ou à colocação em família substituta, de modo que a criança ou adolescente permaneça abrigada pelo menor período de tempo possível;

§9º Na aplicação das medidas protetivas do artigo 101, da Lei 8.069/90, decorrente das requisições do artigo 136 do mesmo diploma legal, o Conselho Tutelar deverá considerar sempre o superior interesse da criança e do adolescente;

§10º. Os membros do Conselho Tutelar no exercício de suas atividades, tem livre acesso a qualquer local público e particular onde se encontre criança ou adolescente no Município de (Nome da cidade),observado o disposto no art. 5º,inciso XI, da Constituição Federal;

Art.31. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição Federal, na Lei 8.069/90, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo decreto nº99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como as Resoluções da CONANDA, especialmente:

I-condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

II-Proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

III- responsabilidade da família, da comunidade da sociedade da sociedade em geral, e do Poder Público plena efetivação dos direito assegurados da criança e do adolescente;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

- IV- Municipalização da política de atendimento à criança e ao adolescente;
- V - Respeito á intimidade, e à imagem da criança e do adolescente;
- VI - Intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;
- VII - Intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- VIII - Proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;
- IX- Intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e o adolescente;
- X-Prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, em família substituta;
- XI - Obrigatoriedade da informação à criança e o adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos direitos, dos motivos que determina a intervenção e da forma como se processa;
- XII - Oitiva obrigatória e participação da criança e do adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar;

Art. 32. O Conselho Tutelar de Galiléia é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento não dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do seu respectivo território, levando em conta a regra de competência descrita no artigo 147, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§1º. É vedado ao Conselho Tutelar aplicar e/ou executar as medidas sócio-educativas, previstas no artigo 112, incisos I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

§2º. O Conselho Tutelar fornecerá, até o dia 1º de março de cada ano, ao conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos órgãos municipais encarregados da execução das políticas, bem como dos setores de planejamento e finanças, informações sobre as maiores demandas e deficiências na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, participando diretamente de todo processo de elaboração, discussão e aprovação das propostas de leis orçamentárias, em cumprimento ao disposto no art. 16, inciso IX, da Lei Federal nº8.069/90.

Art. 33. É prerrogativa dos membros do Conselho tutelar participarem, com direito de voz, nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de levar ao conhecimento deste, casos de difícil



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro

Estado de Minas Gerais

solução, para que seja analisados em conjunto e solucionados através da ação articulada dos diversos setores da administração municipal.

Art. 34. O Conselho Tutelar deverá acompanhar os ato de apuração de ato infracional praticado por adolescente, quando houver fundada suspeita da ocorrência de algum abuso de poder ou violação de direitos do adolescente, no sentido de providenciar as medidas específicas de proteção de seus direitos humanos, previstas e cabíveis na lei.

Art.35. É vedado aos membros do Conselho Tutelar de Galiléia exercerem a representação ou assistência social de adolescente nas delegacias de polícia, por motivo de não comparecimento dos pais ou responsáveis legais, sob pena de responsabilidade civil criminal, cabendo tão somente atuar na análise das eventuais situações de risco em que se encontram os autores de atos infracionais, para aplicação das medidas de proteção pertinentes.

SEÇÃO III DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art.36. O conselho tutelar é vinculado à Secretaria Municipal de Assistente Social para fins de execução orçamentária, sem subordinação hierárquica ou funcional com poder Executivo Municipal.

Art. 37. O Conselho Tutelar terá Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nos termos dos artigos 10, inciso XXIV da presente Lei, e exercerá seus objetivos institucionais utilizando o seguinte sistema de trabalho:

I - Em expediente normal, de oito às dezoito horas, de segunda a sexta-feira, perfazendo um total semanal de quarenta horas cumpridas por todos os conselheiros Tutelares;

II - Fora do expediente normal, conselheiros tutelares distribuirão entre si, segundo normas do Regimento Interno, as atividades exercidas em regime de plantão, zelando para que sempre haja um conselheiro tutelar responsável pelos atendimentos nos períodos noturno, finais de semana e feriados.

III – O Conselho Tutelar deverá se reunir pelo menos uma vez por semana colegialmente, sendo obrigatório o registro da reunião em ata, devendo o Conselheiro Tutelar participar da reunião mesmo estando de folga.

Art. 38. Imediatamente após a posse, o conselheiro Tutelar fará sua primeira reunião de trabalho que, presidida pelo conselheiro eleito com maior coeficiente de votos, escolherá, entre seus pares, o Presidente do Conselho Tutelar em conformidade com o Regimento Interno.

Art.39. O Conselho Tutelar prestará pronto atendimento aos interessados em seus serviços e designará, para cada caso, um conselheiro que fará



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

acompanhamento necessário até o encaminhamento definitivo para as sessões plenárias.

§1º. O Conselho Tutelar realizará sessões plenárias, em conformidade com Regimento Interno, nas quais se deliberará, colegiadamente, por maioria dos votos, ressalvadas as ausências e afastamentos justificados, sobre o encaminhamento definitivo de cada caso em exame.

§2º. O Excepcionalmente, durante os períodos de plantão, será admitido ao Conselheiro Tutelar plantonista encaminhar isolamento o caso, nos termos do artigo 136, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90, devendo, no prazo de vinte e quatro horas ou no primeiro dia útil subsequente aos finais de semana e /ou feriados, sob pena de responsabilidade, submetê-lo à deliberação do plenário do Conselho Tutelar para ratificação ou reformulação do encaminhamento pautado, adotando-se o princípio da autotutela.

Art. 40. No desempenho de suas atribuições legais, o Conselho Tutelar não se subordina aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou mesmo ao Ministério Público.

Parágrafo Único. Na Hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, as instâncias corredoras ou controladores dos órgãos do caput deste artigo deverão ser comunicadas imediatamente para as devidas providências administrativas e judiciais.

Art. 41. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridades judiciais mediante provocação da parte interessada, na forma do artigo 137 da Lei nº 8.269/90.

Art. 42. O Conselho Tutelar manterá sempre atualização os registros das sínteses da situação apresentada bem como as providências adotadas.

§1º. O Conselho tutelar integrará, em convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência -SIPIA.

§2º. Os registros aludidos no caput deste artigo serão de acesso restrito e exclusivo aos seguintes órgãos e entidades:

- I - Conselho Tutelar e sua equipe técnica multidisciplinar;
- II - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante solicitação fundamentada;
- III - Ministério Público, mediante requisição;
- IV - Poder Judiciário, mediante requisição;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

SEÇÃO IV DOS REQUISITOS PARA SER CONSELHEIRO TUTELAR

Art.43. Candidatos ao cargo de conselheiro tutelar deverão preencher os seguintes requisitos:

I- Idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes criminais extraídas nas esferas estadual, federal e militar neste último caso, apenas para agentes militares, em atividade ou não, certidões de antecedentes cíveis, ou segundo outros critérios estipulados pelo conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de resolução;

II- Idade igual ou superior a vinte e um anos;

III- Residir no município de Galiléia, comprovando através de correspondência recebidas e/ou declaração de pessoa idônea;

IV - Estar em gozo de seus direitos políticos, comprovado por certidão expedida pelo cartório Eleitoral local;

V - Apresentar até o momento da posse, certificado de conclusão de ensino médio;

VI - Comprovar quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino;

VII - Demonstrar conhecimento teórico e prático sobre os direitos da criança e do adolescente, submetendo-se a uma prova formulada pela comissão temática temporária de Eleição e Acompanhamento de Conselho Tutelar, com aproveitamento de 60% (sessenta por cento);

VIII - Não ter sido penalizado com destituição da função de Conselheiro Tutelar nos últimos cinco anos;

IX - Apresentar certificados de participação em eventos, cursos, seminários, congressos e palestras relacionados à área da infância e da juventude, nos último dois anos;

Parágrafo Único. Os certificados referidos no inciso IX deste artigo serão utilizados na face classificatória do processo de escolha.

Art. 44. O candidato ao cargo de conselheiro tutelar, que esteja na condição de membro, titular ou suplente, do Conselho Tutelar Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá pedir seu afastamento deste último até a data de sua inscrição no processo de escolha.

Art. 45. O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada, ressalvadas as exceções admitidas na constituições da República Federativa do Brasil.



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

Art. 46. O servidor municipal, ocupante de cargo de carreira, que for eleito para o cargo de Conselheiro Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de conselheiro tutelar e o valor total de seus vencimentos, ficando-lhe garantido:

- I- O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, como término ou a perda de seu mandato;
- II- A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Art. 47. Caso o candidato eleito exerça cargo em comissão ou assessoria política, em qualquer esfera do Poder Público, deverá ser exonerado antes do ato de posse no cargo de conselheiro tutelar.

SEÇÃO V

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 48. O pleito popular, por meio do voto direto, secreto e facultativo dos eleitores cadastrados no município perante a Justiça Eleitoral, para escolha dos membros do CT será convocado pela comissão Temática Temporária de Eleição e Acompanhamento do CMDCA, referida no artigo 12, parágrafo 1º, da presente Lei mediante resolução editalícia publicada no Diário Oficial ou no átrio da Prefeitura, especificando as regras do certame, o dia, horário, e o local para recebimento dos votos e de apuração.

§ 1º. Os Conselheiros serão escolhidos por sufrágio universal e direto, pelo voto secreto e facultativo dos eleitores maiores de 16 (dezesesseis) anos portadores de título de eleitor residentes no Município de Galiléia.

§ 2º. A escolha dos membros do Conselho Tutelar será sempre realizada no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, com a proclamação dos escolhidos imediatamente após a apuração do resultado.

§ 3º. O resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será publicado no Diário Oficial do Município de Galiléia.

§ 4º. Após eleição, o Conselheiro tutelar deverá participar do curso de capacitação inicial e continuada, coordenado pelo CMDCA;

§ 5º. A candidatura é individual, sem qualquer vínculo com partidos políticos, não sendo admitida a composição de chapas, sendo o prazo para registro constará em edital para o processo de escolha de membros do Conselho Tutelar.

§ 6º. A candidatura deve ser registrada, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, acompanhado das provas de preenchimento dos requisitos.



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§7º. O Ministério Público será notificado, com a antecedência de 72 horas (Setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, bem como, de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§8º. Os candidatos terão a inscrição homologada pelo CMDCA desde que atendam os requisitos contidos nesta lei e regimentos.

§9º. São impedidos de servir no mesmo Conselho tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§10º. Estende – se o impedimento do caput ao Conselheiro Tutelar em relação á autoridade judiciária e ao representante do ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual.

§11º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará em locais de acesso público e na imprensa local o nome dos candidatos, bem como, data, horário e local da eleição.

§12º. A comissão referida no caput deste artigo será composta, paritariamente, por 06 (seis) membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e terá as seguintes atribuições:

- I- Definir o objeto do certame;
- II- Fixar as regras gerais do processo de escolha dos conselheiros tutelares;
- III- Receber os pedidos de inscrição no certame, verificando se estes preenchem os requisitos estipulados no artigo 37 da presente Lei;
- IV- Fazer constar, na resolução referida no caput deste artigo, enumeração de práticas vedadas aos participantes do processo de escolha, assegurada estrita observância dos princípios constitucionais que regem a matéria;
- V- Definir data, horário e local de realização do escrutínio;
- VI- Adotar procedimentos que garantam facilidade de acesso dos votantes á urna de votação, coibição a práticas de constrangimento aos votantes e sigilo do voto;
- VII- Aprovar o modelo único das cédulas de votação;
- VIII- Estabelecer critérios de validação dos votos apurados, obedecido ao princípio do sigilo do voto;
- IX- Receber pedidos de impugnações e recursos e decidir sobre eles;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

- X- Efetuar a apuração dos votos e proclamar o resultado final;
- XI- Manter a diretoria do CMDCA permanentemente informada sobre os procedimentos efetuados no decurso do processo de escolha.

Art.49. Informações sobre o andamento do processo de escolha assim como avaliações oficiais sobre o mesmo serão prestadas pela Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos meios de comunicação que as solicitarem.

Art.50. A eleição dos conselheiros tutelares ocorrerá no prazo máximo de sessenta dias a contar da publicação de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disciplina as regras do processo eleitoral e no prazo mínimo de cento e vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros tutelares em exercício.

§ 1º. Desde a deflagração do processo eleitoral pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente, o Ministério Público deverá ser comunicado para fiscalizá-lo.

§ 2º. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.

§ 3º. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha a reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

§ 4º. Em qualquer caso, o conselheiro municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá emvidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 51. As despesas necessárias à realização do processo de escolha dos conselheiros tutelares ficarão a cargo exclusivo do Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Administração, vedada a utilização de recursos do fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO VI DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art.52. Concluída a apuração dos votos decididos os recursos eventualmente impetrados, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado do processo de escolha, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com os números de sufrágios recebidos.



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§ 1º. Os cinco primeiros candidatos mais votados serão considerados conselheiros titulares eleitos, ficando os seguintes, pelas respectivas ordens de votação, como suplentes desde que tenha obtido, no mínimo, 01 voto.

§ 2º. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

I - Tiver apresentado melhor desempenho na prova de conhecimento referida no artigo 37, inciso VIII da presente Lei;

II - Comprovar maior carga horária em eventos em eventos na área da infância e Adolescência nos últimos dois anos, conforme o artigo 37, inciso XI da presente Lei;

III - Residir há mais tempo no Município de Galiléia;

IV - Tiver maior idade;

§ 3º. Os Conselheiros Tutelares escolhidos, titulares e suplentes, serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em sessão Plenária extraordinária subsequente à eleição, com registro na casa.

§ 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente oficialará ao Prefeito Municipal, no prazo de quarenta e oito horas após a cerimônia de diplomação, comunicando - lhe os nomes dos conselheiros tutelares diplomados, para serem nomeados com a respectiva publicação no Diário Oficial do Município.

§ 5º. O Prefeito municipal empossará os conselheiros eleitos na data de encerramento do mandato dos conselheiros em exercício.

§ 6º. Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o número de votos imediatamente inferior ao do último titular eleito, repetindo - se prática sucessivamente até o esgotamento do número de conselheiros eleito.

Art. 53. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará para que os conselheiros tutelares escolhidos como titulares passem por programas de formação e de treinamento, nos três primeiros meses de exercício funcional, nos quais uma comissão de especialistas, ligados a alguma instituição pública ou privada de renome, ministre sobre legislação específica das atribuições do cargo.

SEÇÃO VII DA CRIAÇÃO DOS CARGOS DE CONSELHEIROS TUTELARES, DOS DIREITOS SOCIAIS, DOS SUBSÍDIOS E DAS PENALIDADES

Art. 54. Ficam criados cinco cargos de conselheiro tutelar e cinco cargos de conselheiro tutelar suplente, para mandato de quatro anos, com pagamento de subsídios para quem estiver na titularidade e efetivo exercício do cargo.



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§ 1º. Os subsídios dos conselheiros tutelares serão fixados por Lei Municipal anterior á publicação do edital de cada eleição, vigendo pelo quadriênio do mandato, devendo os referidos valores corrigidos anualmente pelos mesmos índices que foram aplicados aos servidores públicos municipais, afim de recompor as perdas inflacionárias.

§ 2º. Em relação aos subsídios referidos no caput deste artigo, haverá descontos em favor do sistema previdenciário municipal, no caso de servidor público municipal, ficando o Município obrigado a proceder o recolhimento devido ao INSS nos demais casos.

Art. 55. São assegurados os seguintes direitos sociais ao conselheiro tutelar;

- I- Irredutibilidade de subsídios;
- II- Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos, ressalvadas as escalas de plantão;
- III- Gozo de férias anuais subsidiados;
- IV- Gratificação de férias não inferior a 1/3 (um terço) dos subsídios, após um ano de exercício no cargo;
- V- Licença a gestante, sem prejuízo dos vencimentos, com a duração de cento e oitenta dias;
- VI- Licença a paternidade, com duração de cinco dias úteis, sem prejuízo dos subsídios;
- VII- Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo dos subsídios;
- VIII- Licença por motivo de casamento, com duração de oito dias, sem prejuízo dos subsídios;
- IX- Licença por motivo de luto, em virtude de falecimento do conjugue, ascendente, e descendente, irmãos, sogros, noras e genros, com duração de oito dias, sem prejuízo dos subsídios.

Parágrafo Único - A autorização para afastamento de conselheiro tutelar candidato a cargo eletivo nas eleições oficiais será deliberada pelo Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, se concedida, não dará ao subsídio durante o período respectivo.

Art. 56. Licença para tratamento de saúde de conselheiro tutelar por prazo superior a trinta dias depende de perícia médica oficial, o mesmo ocorrendo em caso de sua prorrogação;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§1º. Licença concedida dentro de sessenta dias do término da anterior é considerada prorrogação.

§2º. O Conselheiro Tutelar que, no curso de doze meses imediatamente anteriores ao requerimento de nova licença, houver se licenciado por período contínuo ou descontínuo de três meses deverá submeter-se à verificação de invalidar.

Art. 57. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará o conselho tutelar suplente nos casos de:

- I- Licenças de conselheiro tutelares excedentes a quinze dias;
- II- Renúncia de conselheiro tutelar titular;
- III- Suspensão ou perda de mandato;
- IV- Férias;

Art. 58. O suplente de Conselho Tutelar, ao substituir o Conselheiro Tutelar titular, nas hipóteses previstos nos incisos I e IV do artigo anterior, perceberá subsídio proporcional aos dias trabalhados e fará jus aos direitos decorrentes do exercício provisório do cargo, sem prejuízo dos vencimentos do conselheiro tutelar titular licenciado.

Art. 59. Será suspenso, por até 60 (sessenta) dias ininterruptos, sem percepção do subsídio, o conselheiro tutelar que:

I - Infringir, por ato de ação ou omissão, dolosa ou culposamente, no exercício de sua função, as normas de Estatuto da Criança e do Adolescente, mais precisamente, mais precisamente, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de ato ilícitos administrativos e civis, ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade;

II - Cometer infração e dispositivos do Regimento Interno de Conselho Tutelar;

III - Romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;

IV - Recusar - se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

V - Deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;

VI - Exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos desta Lei;



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

§1º. Poderá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por maioria de votos, após instaurar o devido processo legal administrativo, decretar, fundamentadamente, a suspensão cautelar do conselheiro tutelar que estiver sob investigação do referido Órgão deliberativo, por até 45 (quarenta e cinco) dias, sempre que a presença do investigado importa em risco ao regular funcionamento do conselho tutelar e á garantia de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente no município, resguarda a remuneração integral durante esse período.

§2º. Para fins deste artigo, considera-se conduta incompatível, dentre outras, o uso do Conselho Tutelar par afins políticos eleitorais;

§3º. Na hipótese da violação cometida pelo conselheiro tutelar constituir ilícito penal, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, ao final da apuração da sindicância, sob pena de responsabilidade, representará ao Ministério Público comunicando o fato, solicitando as providências legais cabíveis.

Art. 60. Perderá o mandato o conselheiro tutelar que:

I- Reiniciar na prática de quaisquer condutas insertas nos incisos do artigo anterior, sendo irrelevante se tratar de reincidência específica ou não;

II- Usar da função do benefício próprio;

III- For condenado por infração penal dolosa incluindo a contravenção penal, ou ainda, infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, em decisão irrecorrível, que sejam incompatíveis com o exercício de sua função, ou que sofrer condenação com aplicação de pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos;

IV- Manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

V- Aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI- Receber, em razão do cargo, honorário, gratificações, custas, emolumentos, diligências ou qualquer vantagem indevida;

VII- For condenado por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº. 8.429/92.

§1º. Para fins deste artigo, considera-se conduta incompatível, dentre outras, uso do Conselho Tutelar para fins políticos eleitorais;

§2º. Na hipótese dos incisos I a V, deste artigo, a perda do mandato será decretada pelo conselho Municipal dos Direitos da Criança e do



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

Adolescente, mediante iniciativa de ofício, provocação do ministério Público ou de qualquer interessado, assegurado o devido processo legal administrativo, com ampla defesa e contraditório, observando ainda os termos do Regimento Interno do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GALILEIA

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.61. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é um fundo Especial criado nos moldes da Lei n° 4.320/64, artigo 71, composto por recursos provenientes de várias fontes, incluindo o Poder Público, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na condição de diretriz da política de atendimento, conforme o artigo 88, inciso IV, da Lei n° 8069/90.

Art. 62. O Fundo municipal dos Diários da Criança e do Adolescente objetiva facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente vinculado às entidades não -governamentais e à promoção de programas preventivos e educativos voltados à garantia de proteção integral de criança e adolescente e seus familiares.

Parágrafo Único – As ações de que trata o caput deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social familiar e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

Art. 63. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será gerido e administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.64. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá vigência por tempo limitado.

Art.65. A definição quanto à utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente compete única e exclusivamente ao Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e atenderá aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 66. O Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente será constituído por:



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

I- Dotação consignada pelo Município de Galiléia, através de recurso financeiro inserido anualmente em sua Lei orçamentária, conforme determina o artigo 3º, parágrafo 1º. da presente lei;

II- Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Destinações de pessoas físicas e jurídicas, dedutíveis do Imposto Sobre a renda, nos termos do artigo 260 da Lei nº 8242, de 12 de julho de outubro de 1991, conforme dispõe o decreto nº 1196, de 14 de julho de 1994, com ou sem incentivos fiscais;

IV - Doações, auxílios, contribuições e legados, de pessoas físicas e jurídicas, de bens materiais imóveis ou recursos financeiros;

III- Contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

IV- Valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8069/90;

V- Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações no mercado financeiro;

VI- Outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 67. Os recursos destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão repassadas mensalmente para conta bancária específica, de acordo com solicitação do gestor.


Art. 68. A administração operacional e contábil do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será refeita pela Secretaria municipal de Assistência Social, vedada qualquer movimentação de recursos sem autorização expressa do Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberada em sessão plenária.

Art.69. A Secretaria Municipal de Assistente Social designará o Administrador ou a junta Administrativa de Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O Administrador ou a Junta Administrativa, nomeado pelo Executivo conforme dispõe o caput deste artigo, realizará, entre outros, os seguintes procedimentos, respeitando-se a Lei nº 4320/64, a Lei nº 8666/93 e a Lei Complementar nº 101/2000:

I- Coordenar a execução dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de acordo com o Plano Anual de Aplicação dos Recursos, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

www.galileia.mg.gov.br


Juarez da Silva Lima
Prefeito



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

II- Executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III- Emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Emitir recibo, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e CNPJ, no cabeçalho e, no corpo, número de ordem, nome completo do doador, CPF/CNPJ, endereço, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente assinado pelo Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 258/02 e nº 267/02;

IV- Encaminhar à Secretaria da Receita Federal, por intermédio da Internet, a declaração de Benefícios Fiscais (DBF), recativa ao ano calendário anterior, até o último dia útil do mês de março de cada ano, conforme Instrução Normativa nº 311/02 da Secretaria da Receita;

V - Encaminhar aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março de cada ano, cópia de Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste obrigatoriamente nome ou razão social, CPF ou CNPJ do contribuinte, data e valor destinado;

VI - Apresentará bimestralmente ao conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente demonstrativos da situação econômico-financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão.

VII - Manter sob a coordenação do setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga para fundo;

VIII - Encaminhar à contabilidade Geral do Município:

a) Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;


b) Trimestralmente os inventários de bens materiais e serviços;

c) Anualmente, o inventário dos bens imóveis e o balanço geral do fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

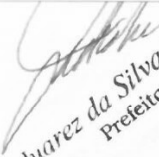
IX - Encaminhar ao conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as demonstrações de receita e despesa, sem prejuízo do disposto no inciso VII deste artigo.

Art. 70. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devem obrigatoriamente ter registros próprios, de modo que as disponibilidades de caixa, receita a despesa, fiquem identificadas de forma individualmente e transparente conforme determina o artigo 50, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/2000).

www.galileia.mg.gov.br


Juarez da Silva Lima
Prefeito

www.galileia.mg.gov.br


Juarez da Silva Lima
Prefeito



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

sessão plenária, ordinária, extraordinária, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º. Havendo atraso na execução do projeto, a liberação dos recursos será suspensa.

SEÇÃO III DOS ATIVOS E PASSIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ART. 76 - Constituem ativos do fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I- disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas no artigo 59 e incisos desta Lei;

II - Direitos que, porventura, vierem a constituir;

III - Bens móveis e imóveis, com ou sem ônus, destinados a execução dos programas e projetos do Plano Plurianual de Ação Municipal de Atendimento à criança e ao Adolescente.

Art. 77. Constituem ativos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Disponibilidade monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas no artigo 59 e incisos desta Lei;

II - Direitos que, porventura, vierem a constituir;


III - Bens móveis e imóveis, com ou sem ônus, destinados a execução dos programas e projetos do Plano Anual de Ação Municipal de Atendimento à criança e ao Adolescente.

Art. 77. Constituem que, passivos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as obrigações de qualquer natureza que, porventura, o Município venha assumir, de acordo com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para implementação do Plano Anual de Ação Municipal de atendimento à criança e ao Adolescente.

SEÇÃO IV DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 78. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está sujeito à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como ao controle externo, do Poder Legislativo, do Tribunal de contas e do Ministério público.

www.galileia.mg.gov.br


Inarez da Silva Lima
Prefeito

municipal, nível I de 20 horas, ou seja, no valor de R\$ 1.278,87 (um mil e duzentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), devendo o Poder Executivo garantir no seu orçamento anual correspondente, cuja classificação funcional programática, econômica e em unidade orçamentária será feita através de Decreto Executivo.



MUNICÍPIO DE GALILÉIA

Rua Ary Machado, 599 – Centro
Estado de Minas Gerais

Parágrafo Único – Para os mandatos subsequentes do Conselho Tutelar, aplica-se impreterivelmente as regras de correção, reajuste e aumento, descritas no artigo 54, § 1º, desta Lei.

Art. 82. As despesas para execução desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no ciclo orçamentário Municipal.

Art.83. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá vigência por tempo ilimitado a terá conta bancária em uma ou mais entidades bancárias, pública ou privadas, para facilitar a arrecadação por meio de doações provenientes de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 84. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei através de Decreto.

Art. 85. Ficam revogadas todas as disposições anteriores editadas com o fim de regular o funcionamento do CMDCA, do CTDCA e do FMDCA.


Art. 86. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Galiléia - MG, 03 de abril de 2019.


JUAREZ DA SILVA LIMA
Prefeito

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que a presente lei foi publicada no quadro de aviso da Prefeitura em 03 de abril de 2019.


Paulo Ribeiro de Aquino
Secretário Municipal de Administração

